

DF tem déficit de 610 salas de aula

— Os governos anteriores pararam de construir escolas porque acham que com isso desestimulavam a migração para o Distrito Federal.

— O déficit, hoje, é calculado em 610 salas de aula para a área urbana e 78 para a área rural, o que corresponde a 56 mil alunos, só na cidade.

— É preciso que os recursos sejam distribuídos em proporção inversa ao que vinha sendo feito anteriormente.

Estas três frases resumem o pensamento do novo diretor executivo da Fundação Educacional do Distrito Federal, professor José Silva Quintas, para quem o principal problema do ensino público do Distrito Federal é a vaga, uma herança dos governos anteriores. Preocupado com este problema, Quintas acredita que o papel fundamental da fundação é a criação de mecanismos que fortaleçam a relação escola-comunidade. E mais: pretende incentivar ao máximo a participação e criatividade de todos os envolvidos no processo educacional. Nesta entrevista, Quintas explica algumas das propostas que tem para a FEDF e faz uma análise dos principais problemas do ensino público do Distrito Federal.

— Quais são os principais problemas que o Senhor vê no ensino público do Distrito Federal?

— O principal e grande problema é vaga. Não há salas suficientes para atender os alunos, o que constitui uma pesada herança dos governos anteriores. O déficit, hoje, é calculado em 610 salas de aula para a área urbana e 78 para a área rural, o que corresponde a 56 mil alunos, só na área urbana.

— Isso quer dizer que todos estes alunos estão sem escola?

— Não, por causa do famigerado terceiro turno, que seria eliminado com a superação do déficit de salas. Os governos anteriores pararam de construir escolas e equipamentos urbanos porque achavam que com isso desestimulavam a migração para o Distrito Federal. Esta concepção constituiu um mito, pois a prática mostra que o governo atual encontrou uma carência enorme na área de habitação e equipamentos urbanos, entre os quais, escolas.

“Vivemos agora o processo participativo, pais alunos e professores elegem os diretores de escolas”

— E no que diz respeito às condições de trabalho do professor?

— Bem, isso está indiretamente ligado ao tema anterior, porque a política da Secretaria de Educação é não deixar aluno fora de sala de aula, mesmo que para isso seja necessário ampliar o número de alunos por turma, ou criar o terceiro turno até que se solucione a causa do problema. Com isto o professor enfrenta condições ruins de trabalho, porque trabalhar com 40, 45 alunos em sala de aula é muito duro, a gente sabe. Nas primeiras séries é quase impossível. Outra questão a destacar é a própria produtividade do nosso sistema escolar: apesar de, em termos nacionais, estarmos bem na frente das demais unidades da Federação (o que não quer dizer nada, porque as condições do DF são bem melhores), temos uma evasão escolar significativa e um grande índice de reprovação

antes da 7ª série. Na 5ª série, em 1984, o índice de reprovação foi de 29,3% sobre a matrícula escolar. A evasão, nesta mesma série e ano, foi de 9%.

— E as escolas, elas estão bem equipadas?

— Absolutamente. É preciso que elas tenham um mínimo de condições, porque nossas escolas, além de tudo, não têm pessoal. Quando se pensa na educação surge logo a figura do professor, mas se esquece que é preciso todo um corpo de auxiliares, a nível administrativo, e de outros especialistas em educação para colaborar com o trabalho do professor. Para falar apenas da parte administrativa, a gente pode lembrar que hoje não dispomos de vigias, merendeiras, serventes, datilógrafos. Essa infraestrutura administrativa está sendo de uma precariedade imensa. Às vezes a gente tem equipamentos caríssimos na escola e não tem um vigia para tomar conta. Está se buscando autorização junto ao Governo do Distrito Federal para ampliação deste quadro, que é realmente difícil, principalmente quando se considera a existência de três turnos.

— Esta é a face problemática do ensino público no DF. Qual é a que vai bem?

— No início desta administração o ex-secretário Pompeu de Souza, e o professor Fábio Bruno, atual Secretário de Educação e Cultura, começaram a reverter o processo tecnocrático que se vivia na educação, aqui no DF. Vivemos agora o processo participativo, através do qual pais, alunos e professores elegeram os diretores de escolas e os professores e funcionários escolheram os diretores de complexos. Foi o início de um processo de aproximação entre a escola e a comunidade que, acredito, levará a uma escola mais realista e que sirva melhor à nossa população. Como processo isso não ocorre de uma só vez, mas já estão sendo criados os instrumentos formais, entre os quais o Conselho Diretor das Escolas, já aprovado pelo Conselho de Educação do DF, e que constitui um avanço, inegavelmente.

— Cabe alguma medida, por parte da Diretoria Executiva da FEDF, para avançar neste processo?

— Sim. Neste sentido a idéia nossa é implantar o planejamento participativo a partir da base, ou seja, da escola e da comunidade. Um planejamento descentralizado, através do qual os professores, a direção da escola e a comunidade coloquem, além do dia a dia, outras propostas de trabalho, soltando sua criatividade, que é muita.

— O Senhor quer dizer, então, que a melhoria do nível de ensino começa por aí?

— Exatamente. E cabe à administração da Fundação Educacional criar condições ou mecanismos que fortaleçam essa relação com a comunidade e abram espaço de maior participação e criatividade para o professor. Houve período em que ele foi mero executor no processo educacional, enquanto ao aluno cabia o papel de uma garrafa vazia, que seria encheda de acordo com o que tivesse sido planejado por uma cúpula. Com isso foi-lhe tirada a autonomia de ser um organizador de condições de aprendizagem. A nossa idéia é fortalecer ao máximo esse papel do professor, embora saibamos que é preciso que se faça de uma maneira organizada, uma vez que a rede de ensino é grande, tem 404 escolas, além de 26 conveniadas.

— Qual é a prioridade na distribuição de recursos para estas escolas?

— É preciso que os recursos sejam distribuídos em proporção inversa ao que vinha sendo feito anteriormente. O governo atual encontrou uma situação em que três quartos dos recursos iam para o Plano Piloto e um quarto para as cidades-satélites. Isso foi invertido. Alguns poucos recursos que a FEDF tem para fazer um pouco mais do que a rotina, têm que ser usados para que o professor tenha alguma coisa além do usual, rotineiro.

— Detalhe isso um pouco mais, por favor.

— A idéia nossa é estimular o professor para que ele faça estas proposições. Evidentemente que haverá coisas impossíveis de serem atendidas, mas vamos dizer, talvez uma atividade que custe pouco, enfim, o importante é que nos locais onde a criança tem menos oportunidades educacionais que lhe seja dado acesso a informações e experiências de aprendizagem que a tornem apta a enfrentar novas situações. Então, se tivermos o mínimo de meios que seja, vamos colocá-los exatamente onde a renda é menor, porque a escola para uma criança de classe média é apenas mais uma atividade para instrumentalizá-la para a vida na chamada sociedade complexa, enquanto que para uma criança das classes populares a coisa se dá de outra forma, ela realmente precisa de outras experiências que não apenas aquelas de sua convivência. A escola deve ter como base as experiências da criança, mas não no sentido mantenedor e sim no sentido transformador.

— Em seu discurso de posse o Senhor afirmou ter consciência de que o professor ganha mal e não desfruta das condições necessárias de aperfeiçoamento profissional. O que está em suas mãos fazer para alterar este quadro?

— Seguramente o trabalho do professor é um trabalho duríssimo, que não termina com a aula. Pelo que eu estou sabendo, hoje um professor de 40 horas tem carga de 32 horas em sala de aula e oito para coordenação. Uma carga pesada. O ideal seria diminuir a carga de aula do professor para ele ter tempo de ler, de se informar sobre o que está acontecendo na sua comunidade, no seu País, no mundo. Para isso ele precisa, também, de um salário condigno. Agora, nós estamos vivendo um momento difícil no País, a perda salarial ao longo dos últimos 21 anos foi imensa. Há um processo de reposição salarial gradativa em todas as categorias. A luta nossa é dentro das condições possíveis. Por outro lado, segundo fui informado, o acordo feito com o Sindicato dos Professores foi um dos melhores acordos do País do ponto de vista da categoria, que teve um ganho real de salário, enquanto outras categorias nada tiveram sob este aspecto.

— O senhor vê condições de avanço no acordo a ser assinado este ano?

— Vamos precisar discutir, porque acho que as duas partes terão que avaliar a experiência. Além da parte salarial, há toda uma série de questões ligadas às condições de trabalho e facilidades para o professor que acabam tendo repercussões no dia a dia das escolas, cujo objetivo final é dar um atendimento, às nossas crianças, de melhor qualidade possível. Restaurar a credibilidade da escola pública é uma das tarefas mais importantes que há.